

APENAS
EM
FORMATO
DIGITAL

Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1646 | 14 A 19 DE DEZEMBRO DE 2020



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



[85 99129 5101](https://wa.me/85991295101)

POR AMPLA MAIORIA, BANCÁRIOS DO BB APROVAM ACORDO DE TELETRABALHO

A votação
virtual
aconteceu
no dia 9/12,
quando
87,17% dos
bancários do
BB aprovaram
o acordo
(pág. 3)



MP 995 perde validade, mas empregados
da Caixa devem seguir mobilização contra
a privatização **(pág. 4)**

Sindicato lança aplicativo para
estreitar relação com a categoria
bancária **(pág. 8)**

É NECESSÁRIO REGRAR O HOME OFFICE PARA GARANTIR DIREITOS



Carlos Eduardo,
Presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará

Entre os anos 2012/2013, as empresas do ramo financeiro no Brasil começaram a promover inúmeras mudanças nos seus modelos organizacionais. Foi uma onda de reestruturação produtiva fortemente ancorada nas novas tecnologias. Anualmente, os investimentos dos bancos em tecnologia da informação giram na ordem de R\$ 25 bilhões (14% do total dos investimentos em tecnologia no Brasil).

Com a decretação da pandemia do novo coronavírus pela Organização Mundial de Saúde, o que já era uma tendência nos bancos, o home office, tornou-se quase uma regra. Milhares de trabalhadores passaram a trabalhar de suas casas com um simples objetivo: salvar vidas. Entretanto, mesmo depois que a pandemia passar, essa tendência deve permanecer. Com isso, os bancos têm reduzido cada vez mais suas despesas como aluguéis, energia, transporte, processamento de dados, serviços de terceiros, manutenção e conservação de bens, entre outros. E uma das consequências de todo esse processo foi o fechamento de mais de 3.000 agências bancárias no país desde 2013. Para completar, entre 2013 e 2019, os bancos fecharam mais de 70 mil postos de trabalho.

Por sua vez, o home office, tão necessário durante a pandemia, criou novas demandas e dificuldades para o trabalhador: inadequação do ambiente da residência para a realização do trabalho, falta de mobiliário e equipamentos adequados, surgimento de novos problemas de saúde, elevação dos custos residenciais, falta de controle da jornada, entre outros. Dessa forma, o movimento sindical, em parceria com o Dieese, realizou uma pesquisa com a categoria bancária para identificar as principais dificuldades e anseios dos trabalhadores e assim, poder negociar com os bancos um ambiente de trabalho adequado às atuais necessidades.

A pesquisa foi realizada remotamente entre os dias 1º e 12/7, com amplo engajamento dos sindicatos em todo o país, o que possibilitou a obtenção de mais de 11 mil respostas dos trabalhadores: 98% responderam que estavam trabalhando em home office devido à pandemia e 44,8% afirmaram trabalhar em suas salas. A maior dificuldade apontada pelos bancários foi referente à falta de equipamentos e mobiliários adequados.

O fato de o trabalho da categoria bancária em home office ter sido implementado às pressas, em função da pandemia, gerou uma ausência de regras gerais sobre essa modalidade. Cerca de 32% dos trabalhadores afirmou não ter recebido nenhum tipo de equipamento do banco, inicialmente.

Com todas essas informações nas mãos, procuramos negociar durante a nossa Campanha Nacional 2020 a regulamentação do trabalho em home office. Procuramos deixar claro para os bancos que o home office não é um prêmio para o trabalhador e que não é por trabalhar em casa que este deve arcar com todas as despesas e necessidades do trabalho home office. Entretanto, não chegamos a um acordo geral durante a campanha por falta de consenso entre os bancos, mas garantimos a negociação banco a banco, que estamos fazendo atualmente.

Já conquistamos acordos em várias instituições financeiras, aprovados pelos trabalhadores em assembleias virtuais, garantindo direitos e até ajuda de custo, justa e necessária. Regramento equilibrado e respeito aos direitos é o que estamos buscando nesses acordos e, até agora, temos alcançado nossos objetivos. Estamos sempre #NaLutaComVocê.



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



[85 99129 5101](https://wa.me/5585991295101)

Home Page: www.bancariosce.org.br – Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone geral : (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente em exercício: José Eduardo Rodrigues Marinho – Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP

Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF

EM ASSEMBLEIA, BANCÁRIOS DO BB APROVAM ACORDO DE TELETRABALHO



Em assembleia virtual realizada na quarta-feira, 9/12, os bancários do Banco do Brasil da base do Sindicato dos Bancários do Ceará aprovaram com 87,17% dos votos o acordo que regulamenta o teletrabalho no banco pós-pandemia. Um total de 11,95% dos votantes disseram “Não” ao acordo e apenas 0,88% se abstiveram.

O acordo, negociado pelo Sindicato e outras entidades representativas, garante ajuda de custo para quem atue em mais de 50% dos dias úteis na modalidade de teletrabalho, fornecimento e manutenção de equipamentos e cadeira adequada pelo banco, VR e VA nos termos da CCT, controle de jornada, desconexão entre outros pontos.

“Em razão de não chegarmos a um consenso com os bancos na Campanha Nacional dos Bancários 2020, não foi possível regulamentar o teletrabalho naquela ocasião. Agora, negociando banco a banco, vamos assegurando garantias aos bancários”, afirma o presidente do Sindicato e funcionário do BB, Carlos Eduardo.

O secretário de Imprensa do Sindicato e funcionário do BB, José Eduardo Marinho, ressaltou que mais uma vez a categoria bancária e o Sindicato reforçam seu papel de referência na luta em defesa dos direitos dos trabalhadores. Ele destaca que a negociação com o BB não foi fácil, mas enfim, se chegou a um acordo satisfatório para ser levado à votação. “A princípio, a proposta era começar a pagar a ajuda de custo somente a partir de julho, mas, após pressão da representação dos trabalhadores, o BB aceitou começar pagar o benefício assim que os funcionários aderirem ao teletrabalho”, esclareceu.

Lembrando que esse acordo só é válido após o Estado de Calamidade, decretado pelo governo federal, que tem vigência, inicialmente, até o dia 31 de dezembro, mas caso o governo federal estenda este prazo, o Acordo Emergencial de Teletrabalho do Banco do Brasil, em vigor, é automaticamente estendido.

CONFIRA OS PRINCIPAIS PONTOS DO ACORDO APROVADO:

DEFINIÇÃO DE TRABALHO REMOTO: Toda e qualquer prestação de serviços realizada remotamente, de forma preponderante ou não, fora das dependências do banco ou em local diferente do de lotação do funcionário, com a utilização de tecnologias da informação e comunicação.

MODALIDADES DO TRABALHO: O Trabalho Remoto no BB poderá ocorrer: a) Na residência do funcionário, o qual se denomina home office; b) Em outras dependências do banco, empresas parceiras ou em coworkings (espaços colaborativos) internos, o qual se denomina on office. Excepcionalmente, há a possibilidade da realização do Trabalho Remoto fora da praça de lotação, por interesse do funcionário, sendo necessária a autorização do comitê da unidade gestora.

EQUIPAMENTOS PARA O TRABALHO REMOTO: a) Equipamento eletrônico corporativo (desktop ou notebook); b) Acessórios (mouse, teclado, headset); c) Cadeira ergonômica.

AJUDA DE CUSTO: a) R\$ 80,00/mês para funcionários que atuem em mais de 50% dos dias úteis do mês e tenham aderido ao trabalho remoto, na modalidade home office.

OUTROS ITENS

FACULTATIVIDADE: a adesão ao teletrabalho deve ser facultativa ao funcionário;

CONTROLE DE JORNADA: o banco implantará um sistema de controle da jornada, para evitar que haja excesso de trabalho e “pedidos” fora do expediente;

DESCONEXÃO: serão dadas instruções e orientações para desconexão em horários fora do expediente;

MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS: será de responsabilidade do banco;

PREOCUPAÇÃO COM A SAÚDE: além de oferecer equipamentos ergonômicos, o banco se compromete a manter cuidados especiais com a saúde dos funcionários que exercerem suas atividades em home office;

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: conforme estabelecido na CCT da categoria, o banco criará uma Central de Atendimento para as bancárias vítimas de violência doméstica;

AUXÍLIO REFEIÇÃO E ALIMENTAÇÃO E VALE TRANSPORTE: serão mantidos segundo a CCT;

ACOMPANHAMENTO PELO SINDICATO: os sindicatos terão acesso aos funcionários que exercerem seus trabalhos fora das dependências do banco.

MP 995, QUE PERMITIA VENDA DE ATIVOS DA CAIXA, PERDE A VALIDADE

A Medida Provisória (MP) 995, que permitia a privatização da Caixa a partir de suas subsidiárias, teve seu prazo de vigência encerrado dia 4/12. Um ato declaratório publicado pelo Congresso Nacional, dia 8/12, no Diário Oficial da União, oficializa a caducidade da medida.

O fim desta MP, que possibilitava o desmonte da Caixa, representa uma conquista da forte mobilização dos empregados do banco público e das entidades representativas, mas precisamos continuar atentos e não esmorecer a nossa luta contra a agenda privatista deste governo.

Pela norma, a Caixa e suas subsidiárias ficariam autorizadas, até o final de 2021, a constituir outras subsidiárias, inclusive se valendo da incorporação de ações de outras sociedades empresariais, assim como adquirir controle societário ou participação societária minoritária em sociedades empresariais privada.

LUTA CONTRA A MP 995 – Vale lembrar que desde que foi editada, em 7 de agosto, a Contraf-CUT, a Fenae, junto com entidades representativas dos bancários e parlamentares realizam ações de mobilização para pressionar o governo federal a revogar a MP 995. No decorrer de 2020, importantes atos foram realizados contra a MP e em defesa da Caixa



Medida perde a validade, mas dirigentes alertam que luta contra a privatização segue forte

100% pública, promovidos por várias frentes, tais como Contraf-CUT, Fenae, Comitê Nacional em Defesa da Caixa, Frente Parlamentar em Defesa dos Bancos Públicos e Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos.

As entidades também questionaram a MP na Justiça. Os partidos de oposição ao governo Bolsonaro — PT, Psol, PCdoB, PDT, Rede e PSB — também entraram com ADI no STF contra a Medida Provisória 995.

Mesmo diante de todas as ações contra a privatização da Caixa, o governo e a direção do banco mantêm as tentativas de vender partes da estatal. A abertura de capital da Caixa Seguridade e o Banco Digital podem acontecer no próximo ano, como vem anunciando o ministro da Economia, Paulo Guedes e o presidente do banco, Pedro Guimarães.



“Essa foi uma importante vitória, mas se depender deste governo, as tentativas de privatização da Caixa vão continuar. Precisamos nos manter atentos e mobilizados contra qualquer tentativa de privatização. Este governo não vai desistir de entregar nosso patrimônio e enfraquecer a Caixa, que é imprescindível para a população. Vamos resistir!”

Marcos Saraiva, diretor do Sindicato e vice-presidente da Fenae



EDIÇÃO VIRTUAL DO PROGRAMA PATERNIDADE RESPONSÁVEL ACONTECE PRÓXIMO DIA 19/12

Uma nova edição virtual do Programa Paternidade Responsável acontecerá no sábado, dia 19/12, através de videoconferência, utilizando o aplicativo Zoom.

O programa foi adaptado para não deixar de ser realizado durante a pandemia do novo coronavírus e assim, suprir a demanda dos futuros pais bancários.

A carga horária é de seis horas, com dois ciclos de três horas e intervalo (das 9h às 12h e das 14h às 17h), com o facilitador, psicólogo e terapeuta familiar Ben-Hur Oliveira. O aluno deve, preferencialmente, utilizar um computador para acessar as aulas. O bancário também assinará um termo de compromisso de participação na aula.

Os interessados em participar desta ou de uma das próximas edições do Programa, que é pré-requisito para a concessão dos 20 dias de licença paternidade previsto na nossa CCT, devem inscrever-se através do e-mail bancariosce@bancariosce.org.br, informando nome, lotação, número para contato/whatsapp, para que possa receber o link da reunião.



APÓS COBRANÇA DA COE, ITAÚ APRESENTA NOVO MODELO DE AGÊNCIAS

Depois de cobrança da COE do Itaú, o banco apresentou os principais pontos do evento realizado com os funcionários de agências no último dia 26/11, em reunião realizada dia 8/12.

Haverá um projeto-piloto em 20 agências com um novo modelo. Este projeto começará em janeiro de 2021 e o banco informará a COE Itaú quais serão as unidades que farão parte deste processo. No novo modelo, as agências terão caixa híbrido e espaços de descanso e relaxamento para os funcionários. Eles relataram que ocorrerão mudanças no programa de remuneração variável das agências, que passará a se chamar "GERA", com metas mensais e semestrais. Nas mensais, a produção será medida individualmente com "cesta de produtos", por exemplo.

As metas semestrais terão acelerador de vendas de 5% a 15%. Já a avaliação do SQV (Score de Qualidade de Vendas), como pagamento de bônus, será inclusa para o time comercial no dimensionamento do porte da agência e o gerente geral terá um contrato único para todo seguimento.

Os representantes dos funcionários solicitaram que os sindicatos

participem da elaboração deste novo Programa de Remuneração, sendo que esta reivindicação é antiga, já que o programa AGIR existente no banco exclui vários trabalhadores, possui metas inalcançáveis que causam o crescimento de doenças nos locais de trabalho. Os representantes do banco se comprometeram a levar as reivindicações para serem discutidas internamente e darão retorno.

Na reunião, o Itaú também abordou o comunicado publicado sobre o retorno ao trabalho dos funcionários do grupo de risco da pandemia e da compensação das horas devedoras, que apesar da informação nele contida, o tema será debatido novamente com a COE Itaú assim que o acordo se encerrar, no início do ano que vem.

Na reunião foi cobrado também o retorno da resposta sobre a proposta apresentada de PCR e também entregue uma proposta para a Bolsa Educação para 2021/2022. Hoje, o Itaú oferece 5.500 bolsas no valor de R\$ 410,00. No ano passado houve mais de 10.000 inscritos. O movimento sindical acredita que o Itaú tem condições de aumentar o valor da bolsa, pois mesmo com a pandemia, o banco continua com lucros muito altos.

DIRETOR ELEITO DA CASSI DEFENDE MANUTENÇÃO DE VALOR EXTRA NA COPARTICIPAÇÃO

O diretor eleito pelos funcionários para ocupar a Diretoria de Planos de Saúde e Relacionamento com Clientes da Caixa de Assistência dos Funcionários (Cassi), Carlos Flesch, emitiu um comunicado defendendo que as pessoas que o elegeram continuem pagando valores adicionais de coparticipação para consultas médicas, sessões de psicoterapia, acupuntura e visitas domiciliares e exames de laboratórios, diagnose e terapia.

Para Flesch, o “cenário exige prudência da atual Diretoria, no sentido de não rever, neste momento, a coparticipação, até que a Cassi esteja saudável no longo prazo”.

Em janeiro de 2019, os percentuais de coparticipação para os participantes do Plano de Associados da Cassi foram definidos em 40% para consultas médicas (exceto as realizadas por médicos nas CliniCassi), sessões de psicoterapia, acupuntura e visitas domiciliares e em 20% para os exames de laboratórios, diagnose e terapia (tais como fisioterapia, RPG, fonoaudiologia, terapia ocupacional).

Em novembro do mesmo ano, quando ocorreram as reuniões para a mudança do estatuto da Cassi, houve acordo na mesa de negociação, entre as entidades representativas dos funcionários do BB e a diretoria da Cassi, para que a cobrança da coparticipação retornasse aos percentuais anteriores a janeiro de 2019, caso a proposta de estatuto fosse aprovada pelo corpo social.

“O valor das coparticipações já deveriam ter voltado aos patamares anteriores. Mas, infelizmente, na última eleição, foi eleito um diretor que não defende os interesses dos associados”, lamentou o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga.

O QUE REALMENTE É PRECISO FAZER – O excedente da coparticipação foi uma medida apenas paliativa. Flesch omite o resultado da negociação feita pelas entidades de representação dos funcionários, coordenada pela Contraf-CUT, que possibilitou alguma estabilidade financeira à Cassi. Agora é preciso promover mudanças estruturantes nos processos de gestão e de TI, bem como no modelo de saúde. Isso sim pode garantir a perenidade da Cassi.

O diretor de Planos de Saúde e Relacionamento com Clientes da Cassi usa o déficit de R\$ 11 milhões em outubro de 2020, supostamente gerado pelo retorno de procedimentos represados por conta da pandemia, para justificar a defesa da manutenção do percentual de coparticipação.



Contraf-CUT reitera à Caixa instalação do GT Saúde Caixa

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), por meio da Comissão Executiva de Empregados da Caixa (CEE/Caixa), reiterou ao banco público, dia 8/12, a instalação do Grupo de Trabalho – Saúde Caixa, conforme celebrado em Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), na Campanha Nacional dos Bancários 2020.

Assinado pela presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira e pela coordenadora da CEE/Caixa, Fabiana Uehara Proscholdt, o documento solicita ainda informações sobre o andamento das medidas de inclusão de todos os empregados na assistência médica Saúde Caixa, tema relevante e subscrito pelas partes no ACT e objeto de ofício anterior não respondido.

“O grupo de trabalho é um espaço de suma importância, considerando que foi algo extremamente debatido durante a Campanha Nacional e o GT tem como responsabilidade pensar alternativas para que o plano de assistência à saúde dos empregados seja viável e sustentável para todos a partir de 2022. Por isso, aguardamos um retorno urgente da Caixa”, ressaltou Fabiana.

Em decorrência da decretação das medidas preventivas à pandemia, as reuniões poderão ocorrer em formato eletrônico, através dos meios digitais mais compatível às partes.

EM ASSEMBLEIA, BANCÁRIOS DO ITAÚ APROVAM ACORDO DE TELETRABALHO

Em assembleia virtual encerrada dia 4/12, os bancários do Itaú da base do Sindicato dos Bancários do Ceará aprovaram com 96,77% dos votos acordo que regulamenta o teletrabalho no banco.

O acordo, negociado pelo Sindicato e outras entidades representativas, garante ajuda de custo, fornecimento de equipamentos e cadeira adequada pelo banco, manutenção do VR e VA nos termos da CCT, controle de jornada, entre outros pontos.

Com a pandemia, os bancários foram os primeiros a garantirem, em negociações com os bancos, o home office para milhares de trabalhadores.

Agora, negociando banco a banco, uma vez que não existiu posição unificada entre os bancos na Campanha Nacional dos Bancários 2020, as entidades representativas vêm regulamentando e assegurando garantias aos bancários nesta modalidade de trabalho.

O acordo aprovado pelos bancários do Itaú regulamentará o teletrabalho de cerca de 38.000 trabalhadores, denominado pelo banco de "First Remote", no qual o bancário tem o compromisso de comparecer ao local de trabalho quatro vezes no mês.

Confira os principais pontos do acordo:

ACORDO DE TELETRABALHO ITAÚ

- AJUDA DE CUSTO:** R\$ 960 por ano, pagos em duas parcelas semestrais. Para 2020, será paga parcela única de R\$ 160, referente a novembro e dezembro.
- EQUIPAMENTOS:** Notebook, cadeira, teclado e mouse disponibilizados pelo banco e retirados pelos trabalhadores.
- VALE-TRANSPORTE:** O banco concederá valor proporcional à necessidade de deslocamento presencial do trabalhador, que terá que estar presente no local de trabalho quatro vezes ao mês e poderá escolher o local mais próximo da sua residência ou de melhor acesso.
- SAÚDE:** O banco promoverá orientação sobre as medidas de prevenção de doenças e acidentes de trabalho.
- JORNADA:** A jornada será controlada através do ponto eletrônico e ficam garantidos intervalos de almoço e descanso.
- VALES REFEIÇÃO E ALIMENTAÇÃO:** Serão mantidos, na forma como prevê a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), os vales refeição e alimentação.
- BENEFÍCIOS:** O banco firmará convênio com operadoras de internet, academias, restaurantes, entre outros.
- OUTROS PONTOS:** Estão incluídos no acordo também o ponto eletrônico, que já é praticado; e a quitação das horas extras, garantindo que os trabalhadores recebam as horas extras de acordo com o previsto na lei, não impactando nas 7ª e 8ª horas.

FUNCIONÁRIOS DO SAFRA FAZEM ASSEMBLEIA VIRTUAL NO PRÓXIMO DIA 17/12

O Sindicato dos Bancários do Ceará convoca todos os funcionários do Safra na sua base para participar de assembleia virtual no próximo dia 17/12, no período das 8h às 23h59, para deliberar sobre proposta para celebração de acordo que regulamenta a Jornada de Trabalho para o Cargo OPERADOR CBO, com vigência de dois anos a partir da data da sua assinatura.

A votação se dará pelo sistema Vota Bem (<https://bancarios.votabem.com.br/>), onde o funcionário encontrará todas as orientações para deliberar sobre o assunto. Entretanto, o sistema só estará disponível no dia da votação.

Entre as vantagens do acordo estão dois finais de semana de folga e trabalhos aos finais de semana serão remunerados com R\$ 90,00 por dia trabalhado. Além disso, a representação dos bancários garantiu que o banco disponibilize os equipamentos eletrônicos necessários ao trabalho, como smartphones, notebook etc. Por isso, o Sindicato orienta a aprovação do acordo.

Participe!

EDITAL ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro no Estado do Ceará - SINTRAFI-CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.340.953/0001-48, Registro sindical MTIC nº 208.327-59 por seu presidente abaixo assinado, convoca todos os trabalhadores bancários, sócios e não sócios, da base territorial deste sindicato, que prestam serviços na função de OPERADOR CBO, para o Banco Safra S/A para participarem da Assembleia Extraordinária Específica que se realizará de forma remota/virtual durante o período das 08:00 horas até às 23:59 horas do dia 17 de dezembro de 2020, na forma disposta no site bancariosce.org.br onde estarão disponíveis todas as informações necessárias para a deliberação acerca da seguinte pauta: Apreciação e deliberação sobre a proposta para celebração do Acordo Coletivo de Trabalho que regulamenta o a Jornada de Trabalho para o Cargo OPERADOR CBO, com vigência de dois anos a partir da data da sua assinatura.

Fortaleza, 11 de dezembro de 2020.

Carlos Eduardo Bezerra Marques
Presidente em Exercício

SINDICATO LANÇA APLICATIVO PARA DINAMIZAR COMUNICAÇÃO COM A CATEGORIA BANCÁRIA

O Sindicato dos Bancários do Ceará sempre considerou a comunicação com a categoria um dos pontos fundamentais da sua atuação. Pensando nisso, estamos investindo em mais um instrumento para aproximar a entidade da sua base: já está disponível para Android o aplicativo do Bancários CE.

Baixando o aplicativo, que é totalmente gratuito, o bancário pode acessar as notícias do seu banco, receber avisos sobre assembleias, reuniões e outras informações do seu interesse, pedir sua filiação, consultar ainda as convenções e acordos coletivos, nosso site e nossas redes sociais.

Temos ainda a área de sócio, onde o associado pode acessar sua carteirinha, atualizar seus dados, consultar convênios, jurídico e fazer denúncias.

Baixe agora na Play Store e fique sempre bem informado! Em breve, disponível também para iOS.

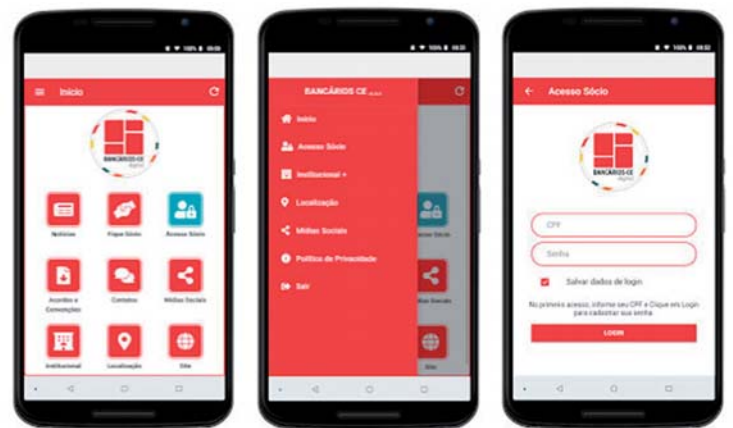


BANCÁRIOS CE

Direta Sistemas Corporativo

Todos

Este app é compatível com todos os seus dispositivos.



“Nosso objetivo é tornar a comunicação com a categoria cada vez mais dinâmica e rápida. A ideia do aplicativo é justamente intensificar nossa relação com os bancários cearenses”, afirma o secretário de Imprensa do Sindicato, José Eduardo Marinho.

Bolsonaro suspende exames

O governo federal, por meio do Ministério da Saúde, suspendeu os exames de genotipagem no SUS para pessoas que vivem com HIV, aids (a doença causada pelo vírus) e hepatites virais.

A interrupção dos exames, conforme o documento do Ministério, ocorreu devido ao término do contrato para a prestação dos serviços, no qual não foi renovado a tempo. A realização dos exames de genotipagem eram realizados na rede pública por uma empresa, a Centro de Genomas, desde 2015. No entanto, o contrato venceu em novembro deste ano e não foi renovado. Esses exames são de extrema importância para determinar a combinação de medicamentos que será administrada aos pacientes.

Autorização de vacinas

No mesmo dia em que o Reino Unido iniciou a vacinação em massa da população contra o novo coronavírus, o ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, afirmou em reunião virtual com governadores que a Anvisa deve demorar 60 dias para aprovar o uso de qualquer vacina contra a Covid-19 no país. Apesar das diversas vacinas que estão sendo testadas, o ministro falou especificamente da AstraZeneca/Oxford, para o qual o governo federal aprovou um gasto de R\$ 1,9 bilhão para a importação e produção local na Fiocruz. O governo federal não aprova a CoronaVac, que está sendo produzida pelo Instituto Butantan, por problemas políticos com o governador de SP, João Doria (PSDB) e, também, questões ideológicas com a China.

Mil dias sem Marielle

Os assassinatos da vereadora Marielle Franco (Psol) e do motorista Anderson Gomes completaram mil dias em 8/12. Eles foram mortos em 14/03/2018, no Rio de Janeiro. O caso segue sem respostas e, até o momento, os responsáveis não foram presos. Marielle e Anderson sofreram uma emboscada e o carro em que estavam foi abordado por outro veículo e alvejado por vários disparos, que atingiram a vereadora e o motorista. Recentemente foi lançado o primeiro livro-reportagem sobre o crime. Com o título Mataram Marielle, os jornalistas de O Globo Chico Otavio e Vera Araújo analisam os bastidores da investigação mal conduzida.